



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



33

Discurso na solenidade de lançamento do livro O mundo em português

RIO DE JANEIRO, RJ, 19 DE SETEMBRO DE 1998

*Meu querido Amigo Mário Soares; Senhor Governador Marcello Alencar;
Senhor Prefeito Luiz Paulo Conde; Nossa Presidente do Real Gabinete
Português de Leitura, Antônio Gomes da Costa; Senhoras e Senhores;
Amigos todos que aqui se encontram, nesta manhã,*

Eu creio que é um fato pouco habitual um encontro como este que estamos tendo. Não apenas o encontro desta manhã, aqui nesta “catedral”, como já foi qualificada, extraordinária, esta sala, de beleza incrível, que nos fascina a todos, mas um encontro do diálogo ocorrido entre o Presidente Mário Soares e o Presidente do Brasil.

A idéia foi dele, como ele já disse aqui. Idéia extremamente generosa, como procurei dizer, nas palavras finais que escrevi no livro. Por quê? Porque o Mário, o Mário Soares, é uma instituição não só portuguesa, é uma instituição da democracia européia. E eu posso dizê-lo, e o digo com amizade, mas também o digo com a distância de quem analisa os processos políticos do mundo.

Impressionou-me profundamente, em alguma vez, das muitas em que estive – e espero que das muitas em que continuarei a estar – em

Coimbra, uma certa feita em que o Mário Soares fazia a Presidência itinerante, não sei se assim se chamava, e nós fomos a uma pracinha, onde havia uma torre, uma torre bela, a Torre de Anto, onde havia uma serenata dos alunos da Universidade de Coimbra, que tocavam o fado coimbrão. Aquilo, ao ar livre.

E do Mário Soares, Presidente de Portugal, toda a gente se aproximava, e se via, ali, que estava presente o próprio espírito de Portugal. O Mário simbolizava, verdadeiramente, Portugal em toda a sua história, mas, sobretudo, a projeção de seu futuro. E era tratado pela população com simplicidade e carinho. Ele imperava sobre Portugal, não no sentido antigo, dos reinos que já não têm mais nenhuma condição e, por sorte, possibilidade de existir, mas imperava porque era o seu espírito democrático, era o próprio povo português que se expressava ali.

E ele conduzia aquele encontro ao ar livre, como conduzia Portugal, como eu o vi conduzindo Portugal tantas vezes, com tranqüilidade, com serenidade, mas sempre orientado, primeiro, pela Nação, pela idéia de Portugal como nação, o pequenino Portugal, que, ele disse, fez o mundo. Foi, talvez, a primeira expressão da globalização: as descobertas. Portugal está nas raízes da globalização. Mas, segundo, governava com o espírito posto na população de Portugal e nisso que ele acabou de dizer aqui: Portugal, hoje, vive melhor, mais próspero, mais feliz. Coisas simples, mas muito importantes.

Então, este homem se dispõe a fazer um diálogo, publicar um livro com um presidente em final de mandato – isso foi o ano passado –, sem nenhuma certeza sobre qual seria o futuro, como não se pode ter nunca, correndo ele o risco de ser co-autor com alguém que, eventualmente, a história pode condenar, sendo que ele já fez o seu panteão.

Isso é um raro traço de grandeza, porque ele se arriscou. Isso mostra que o que ele disse há pouco é meia verdade e que político sou eu. Não. Somos os dois, porque ele tem essa capacidade extraordinária que todo político tem que ter, da coragem de se arriscar. Espero que a aposta tenha sido boa. Mas só o futuro dirá se a aposta foi boa, de fazer um livro em co-autoria, assumindo o risco de aceitar como co-autor al-

guém que ainda está *sub judice* em termos do que vai ser o seu futuro e a sua contribuição para a história do Brasil.

Então, eu quero, de público, mais uma vez, agradecer ao Mário a iniciativa e essa disposição aberta de se arriscar e conversar comigo. Nós nos arriscamos, os dois, no livro. Evidentemente que não é fácil também, para quem é Presidente da República, fazer comentários de certa natureza. E eu procurei não me poupar, pelo menos dentro dos limites do possível. Não me poupar e dizer, realmente, como encaro algumas coisas ou mesmo esses sistemas delicados.

Eu sei. Eu sempre disse que se corre sempre o risco de as pessoas tomarem, pelo lado mais comezinho, mais vulgar, mais simples, mais da intriga, as coisas. Mas eu acredito tanto na razão. Eu continuo sendo iluminista, apesar de tudo. Eu digo lá que tenho pitadas de candomblé. Mas eu sou um iluminista, acredito na razão. Acredito que o argumento acabará por prevalecer. Eu penso sempre que mais vale argumentar, mais vale dizer, mesmo que, na hora de argumentar, você utilize fatos e faça referência até mesmo a pessoas que possam ser julgadas por ou-trem de uma maneira menor do que o julgamento que estou querendo fazer naquele momento.

Não é um livro em que nós nos defendemos. É um livro em que nos expomos. Nós dizemos o que pensamos. Não creio haja também muitos motivos para defendermos, porque nós procuramos, com boa-fé, fazer as coisas ou, pelo menos, propor as coisas que nos parecem as melhores para os nossos países. E eu acho profundamente isso.

E é bom que este encontro seja, agora, aqui, no Rio de Janeiro, com o Governador e o Prefeito, nesta catedral luso-brasileira, que é o Real Gabinete de Leitura. É bom que se diga também que uma das motivações, para mim, deste livro é que nós temos que reivindicar, mais e mais, a nossa matriz portuguesa. Ao reivindicar a matriz portuguesa, eu não estou mexendo com o Prefeito Conde, que é de origem espanhola, não. “É galega, é próxima”, diz ele. Nem com os demais galegos aqui presentes. Nem com nenhuma. É outra coisa: é a matriz da plasticidade, essa capacidade portuguesa de absorver, de se adaptar e de continuar sendo português, de abrir o seu mundo. O Mário acabou de dar esse novo exemplo.

Diante da globalização, ao invés de fechar os olhos e dizer “Não. Não quero, não gosto”, dizer: “Está aí. Vamos ver como é que nós nos adaptamos, para melhorar as condições de vida dos nossos povos, dos nossos países.” Essa capacidade, insisto, portuguesa, é a nossa matriz. Nós herdamos isso. No livro, várias vezes, procuramos discutir essa questão na discussão das religiões, na discussão da questão dos preconceitos, na discussão da geografia urbana. Em todos os aspectos, volta-se um pouco a essa idéia de que existe esse entrosamento luso-brasileiro. E esse entrosamento luso-brasileiro é também espanhol, é também alemão, é também italiano, é também búlgaro. Ele é tudo isso, mas ele tem essa força, essa plasticidade.

E eu costumo dizer que o verdadeiro *melting pot* não são os Estados Unidos. É o Brasil. Nas décadas de 30, de 40, nos Estados Unidos, havia uma literatura abundante sobre a América, como o *melting pot*. O Brasil tem muito de América, no sentido de Estados Unidos, no sentido de um país continental, no sentido de ter uma diversidade enorme. É verdade, também, que os Estados Unidos são produto de uma grande cultura, uma capacidade criativa imensa, e são capazes também de absorver. Mas absorvem, às vezes, com um certo trago amargo, as experiências dos outros. Nós absorvemos gostando. Nós absorvemos e nos sentimos felizes em termos essa diversidade, não as escondendo, e muito menos separando, e muito menos segregando. Isso está no livro, e espero que seja o tempo todo, até mesmo quando falamos, especificamente, da cultura ou do que seja.

Mas também eu creio – e isso me interessou no nosso diálogo – que nós deveríamos aproveitar a experiência de alguém, primeiro, que construiu a democracia em Portugal. Isso é muito importante. Nós, aqui – e já o disse o Mário – vamos ser, nesse aspecto novo, um grande Portugal, no sentido do novo Portugal, da democracia e tudo o mais. Nós estamos construindo uma sociedade, também, democrática.

Portugal pôde se ancorar na Europa. E eu me lembro das discussões portuguesas, em outras épocas: Portugal vai ser a cabeça do Terceiro Mundo? Um pé da África na Europa ou vai ser Europa? A decisão foi do Mário, foi do povo português, mas conduzida, não é? Portugal se incorporou à Europa. E, ao incorporar-se à Europa, Portugal cresceu.

E o Portugal que o Brasil deseja é o Portugal que se incorporou à Europa. Nós não tivemos, ao consolidar a nossa democracia, eu dizia, o que teve o Portugal que se incorporou à Europa. E isso facilitou não só o desenvolvimento econômico, mas também o institucional.

Nós, no Brasil, não tivemos a quem apelar para essa incorporação. Nós tivemos que inventar o Mercosul. E o Mercosul é uma união de países que, todos eles, têm o mesmo desafio, e um tem que se apoiar no outro, mas nenhum deles tinha, já, uma tradição sólida de democracia.

Mas deu certo. Deu certo, e acho que, hoje, o Mercosul é, também sob certo aspecto, um pouco a União Européia. Não está tão institucionalizado, como nós dizemos no livro, como está a União Européia. Mas vai marchar para essa institucionalização, como está marchando a União Européia. E nós temos que entender que somos brasileiros, que somos o País mais populoso, nós temos que ter a compreensão da importância do Mercosul para nós próprios e temos que entender que, como a Alemanha fez, a França fez – eu nunca esqueci as palavras do Chanceler Kohl, numa conversa profunda que tivemos nós dois, em Bonn, em que ele dizia: “Olha, nós fizemos a União Européia, porque eu vi a guerra, eu sofri os seus efeitos, eu era criança, tenho um tio que morreu, foi morto pelos franceses. Eu nasci numa cidade ocupada pelos franceses. Eu, quando era criança, tinha que sair da calçada, quando vinha um oficial do exército de ocupação. Eu percebi que nós íamos nesse caminho e que, numa nova guerra, mais gente ia morrer. E nós fizemos da relação da Alemanha com a França uma relação fundamental para que fosse possível avançar a União Européia.” Ele me dizia isso se referindo ao Brasil e à Argentina – temos que entender que nós fizemos com a Argentina, e a Argentina fez com o Brasil, a mesma coisa que a Alemanha fez com a França e que a França fez com a Alemanha.

Hoje, o Brasil e a Argentina são países que têm noção da sua reciprocidade. E, quantas vezes, setores mais conservadores de qualquer dos nossos países viam essa relação como querendo dizer assim: “Não, a Argentina está perdendo do Brasil, porque exporta demais para o Brasil.” Ou outros, aqui: “Não, o Brasil está perdendo, porque a Argentina está exportando produtos para o Brasil.” Visão acanhada, visão acanha-

da. Certamente, nesse processo, alguns perdem, outros ganham, e os governos têm que atender para que os que estão perdendo possam recuperar suas perdas numa outra condição econômica.

Mas o fundamental é que nós entendamos que o Brasil e a Argentina, hoje, constituem o pilar do Mercosul. E o Mercosul, hoje, não é só Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. É Chile também, é Bolívia também e, amanhã, vai ser o mercado andino fazendo o seu acordo com o Mercosul. E isso não é contra a Alca, mas é para que, um dia, possa existir uma Alca que não signifique uma assimetria, uma submissão, e, sim, que signifique um avanço efetivo, em termos de integração do hemisfério. (*Palmas.*)

E o que estou lhes dizendo eu o disse a uma pessoa que respeito muito, que é o Presidente Clinton, quando veio visitar-nos, na última vez. Eu o disse com tranquilidade, e ele absorveu e repetiu ao mundo, mudando até a ênfase da diplomacia americana. Disse que, efetivamente, o Mercosul fazia parte desse processo de integração hemisférica e que o Mercosul era condição necessária para que nós pudéssemos avançar.

Isso mostra que a globalização não pode ser aceita como uma imposição. E há condição para, não apenas no diálogo, mas na tomada de posição concreta, fazer com que as partes que estão envolvidas não se qualifiquem uma só como perdedora e a outra só como ganhadora. É preciso criar condições para que haja um avanço efetivo.

No nosso livro, nós mencionamos algumas dessas questões. E enfrentamos, como disse o Professor Doutor Mário Soares, há poucos instantes, questões *avant la lettre*. Mesmo antes que existisse o desafio que está aí, hoje, nós estávamos discutindo esse desafio que aí está, hoje, e o que fazer diante desses circuitos financeiros que se estão, cada vez mais, internacionalizando, que têm um efeito, em certas circunstâncias, deletério.

Acho que o fundamental também foi dito pelo Doutor Mário Soares, aqui. É preciso que haja uma mudança, hoje, uma revolução copernicana. E, muitas vezes, quando há isso, quando se diz: “Ah, meu Deus do céu, não é a Terra que é o centro do mundo; a Terra gira ao redor do Sol”, os que pensavam que o Sol girava ao redor da Terra custam a entender que não é assim. Levam séculos para entender.

Agora, também, há aqueles que não entenderam que houve uma mudança copernicana e que, nessa mudança copernicana, esse processo de globalização não é a repetição do mesmo. Não se trata do velho “imperialismo” renascido, mas é outro processo, porque ele afeta o sistema no seu conjunto. O Japão é a segunda maior economia do mundo. Está tremendo. O Canadá é um país que pertence ao G-7. Está sob ataque. A cada instante, há problemas com o Canadá. E, amanhã, se medidas não forem tomadas, a economia americana sofrerá ou sentirá também os efeitos da incapacidade, se incapacidade houver, de tomar medidas oportunas a tempo.

Portanto, hoje existe, realmente, uma interligação que não mais permite que os países mais avançados industrialmente, mais ricos, escapem daquilo que ocorre com os menos desenvolvidos. Não. Hoje, essa interligação reverte a questão, o modo antigo de compreender as relações internacionais.

Então, do que se trata? Quando, outro dia, me referi ao fato de que é preciso ter a globalização solidária, não é no sentido da assistência, da generosidade, porque isso não existe entre as nações. É no sentido dos interesses que têm que se solidarizar. E tem que se perceber que há interesses que acabam por serem os mesmos, se nós não atuarmos.

Então, diante da circunstância presente, o que cabe é insistir mais na nossa tese, que é nossa – de Mário Soares e minha. Nisso, nós não nos discrepamos no livro, em nenhum instante, de que é preciso reformular as instituições financeiras internacionais, as formas de regulação dos fluxos de capital, os mecanismos pelos quais se decidem as questões financeiras. E os mecanismos existentes, que foram criados depois da Segunda Grande Guerra, os acordos de *Bretton Woods*, têm que ser transformados, aperfeiçoados, aprimorados. O Fundo Monetário Internacional precisa de mais recursos, porque os recursos do Fundo são escassos para fazer frente aos desafios do mundo.

E o Congresso americano vai ter de votar – ou vota já, antes de danos maiores, ou vota daqui a pouco, diante de danos maiores – mais recursos para o Fundo Monetário Internacional. O G-7 tem, sim, que se

reunir e tem, sim, que apoiar a formação desses grandes fundos internacionais para equilibrar a situação do mundo

E esse pensamento começa a tomar corpo. Ele foi repetido, ou melhor, foi dito pelo Presidente Clinton, no discurso que fez no Council for Foreign Relations, em Nova York, recentemente. E foi dito, ontem, pela manhã, pelo telefone, pelo Presidente da França, Jacques Chirac. E foi dito por Guterrez, com quem falei também, no momento seguinte, em que mais um aporte português, uma colaboração importante na compra de nossa energia elétrica em São Paulo, quando nós nos telefonamos. Guterrez tem esse mesmo pensamento, não é?

Então, hoje, existe, diante dos desafios da globalização, a necessidade imperiosa de uma reconstrução da ordem internacional. Uma reconstrução que vai implicar a redistribuição de poder, em que possa haver menos assimetria na tomada de decisões.

Hoje, os grandes organismos internacionais, tipo Fundo Monetário, Banco Mundial, como já disse, que se organizaram para resolver questões de outra natureza, depois da guerra, como o fluxo de comércio, o desequilíbrio na balança de pagamentos, e assegurar a liquidez para o pagamento dos países que estavam endividados, precisam de uma modificação não no sentido da sua extinção, mas no do seu aperfeiçoamento, do seu fortalecimento. E os órgãos políticos têm que ser refeitos também. As Nações Unidas têm, sim, que ser renovadas. Tem, sim, que haver uma transformação. E o G-7 – tem sido demonstrado – agora não pode funcionar como se fosse um diretório do mundo, porque ele não tem força para tanto. Ele precisa incluir os países que estão em crescimento, como é o caso do Brasil, como é o caso da Argentina, o caso do México, o caso da Índia, o caso da China, que necessitam ter voz e vez. Voz e vez nas decisões que se vão processar. (*Palmas.*)

Então, nós temos que fazer do limão a limonada. Nós temos que aproveitar as dificuldades que são do mundo. E não adianta ficarmos com essa discussão provinciana, aqui, de que a política de FHC... Meu Deus, se eu tivesse a força de fazer uma política capaz de abalar o mundo, não sei se seria bom ou mau, mas, certamente, não seria minha. Isso é ridículo. Nós temos que pensar grande. Nós temos que

entender grande. Este é o momento não só de nós fazermos um grande pacto nacional – pacto nacional não quer dizer pacto de partidos políticos, não quer dizer vantagem para A, para B ou para C. Quer dizer a definição clara de uma linha que interesse ao País –, mas nós precisamos também de fazer um pacto internacional. E Portugal pode e vai ajudar muito nessa passagem. Portugal e o Brasil.

Como tenho o hábito de falar demais e tenho que me conter, quero lhes dizer que quero encerrar como comecei. Comecei dizendo que o Brasil tem a matriz portuguesa, essa plasticidade, essa capacidade de absorver, de inovar, de criar, de ver o que está acontecendo, de propor saídas. Pois bem, neste momento do mundo, outra vez essa capacidade tem que se fazer presente.

Poucos países podem, como os nossos, ter um relacionamento em que, um dia, eu janto com o Fidel Castro, no dia seguinte, eu falo pelo telefone com o Presidente Clinton e, no dia seguinte, eu estou com meu amigo Mário Soares. E estamos, permanentemente, em contato com o Presidente Menem, o Presidente Zedillo, o Presidente Fujimori, o Presidente Mauad, que vão estar aqui, daqui a pouco, o Presidente da China, Jiang Zemin, com que, a todo instante, estamos trocando mensagens, não é? Poucos países têm a capacidade que tem Portugal e que tem o Brasil, pela sua posição específica de servirem de ponte com um amplo espectro de interesses políticos e de interesses econômicos no mundo. Poucos países podem falar com a Indonésia, como nós estamos falando sobre o Timor, com liberdade, com independência, mas falando.

E nós temos que aproveitar essa nossa capacidade. Temos que aproveitar, neste momento, essa nossa capacidade, sair das agruras imediatas, tomar as medidas que vamos tomar – e que vou continuar tomando –, com toda a tranquilidade, como Presidente da República, sem me preocupar com mais nada que não seja o interesse do País, e, portanto, sendo necessário, fazer os cortes necessários em orçamento, no que seja, para defender o bolso do povo. E o bolso do povo é o valor da moeda. Os países que não fizeram isso sucumbiram. Sucumbiram de novo na inflação, sucumbiram de novo nas altas taxas de juros, mais altas do que as anteriores. E a história está aí à nossa disposição.

Vamos fazer tudo isso, mas, ao mesmo tempo, temos que começar a divisar um outro passo. E o outro passo é a reconstrução da ordem internacional.

Mas eu espero que o nosso livro, Mário, ajude os que forem lê-lo. Quando nos criticarem, nos ajudarão também. E nós, quem sabe, podemos suscitar, com mais entusiasmo, esse debate, porque ele é um debate central.

E quero também dizer que só foi possível fazer este livro, depois de certos percalços, com rapidez, porque um grande amigo, seu e meu, aqui presente, Fernando Gasparian, velho lutador da causa democrática, se dispôs a fazer. E não o fez, senão com aquele ânimo, aquele entusiasmo de quem é amigo desde a adolescência – meu; seu, já era um pouquinho mais velho. Hoje, ainda é muito jovenzinho – mas, de qualquer maneira, aquele entusiasmo de quem queria ver-nos juntos fazendo este livro. Não foi por outra razão que ele fez isso.

Eu agradeço muito a todos vocês. Espero que o livro seja útil.